CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dona de produtora de filme de Bolsonaro recebeu mais de R$ 100 milhões da prefeitura de São Paulo

Segundo a Intercept Brasil, do total, R$ 26 milhões foi transferido sem que o serviço fosse prestado

Fonte original: Farol da Bahia. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Farol da Bahia (faroldabahia.com.br)
Autor	Da Redação
Data de publicação	11/12/2025 10:00
URL original	https://www.faroldabahia.com.br/noticia/dona-de-produtora-de-filme-de-bolsonaro-recebeu-mais-de-rusd-100-milhoes-da-prefeitura-de-sao-paulo
Relevância	Baixa · Cultura e cinema · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Ricardo Nunes, Mário Frias, Débora Gomes Feldman, André Feldman, Jair Bolsonaro, Gil Diniz
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Academia Nacional de Cultura (ANC), Tribunal de Contas do Município, Secretaria de Cultura, Secretaria Municipal de Inovação, Secretaria de Educação
Data da coleta	29/09/2026 13:12
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 06:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• O primeiro contrato, de R$ 8,6 milhões, foi assinado pelo diretor da Complexys, André Feldman.

• O segundo, de pouco mais de R$ 3 milhões, foi assinado Débora Feldman, que é companheira de André, e assinou como diretora da Fast Future, embora nas redes sociais se apresente como terapeuta holística.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Farol da Bahia

RESUMO

A produtora do filme, Karina Ferreira da Gama, não tinha experiência com Wi-Fi ou grandes produções cinematográficas. Também afirmou que a produção do filme não recebeu recursos da cidade nem tem parceria com a SPCine, a empresa municipal de cinema. Uma destas organizações é o Instituto Conhecer Brasil, o ICB, que assinou em 2024 o maior contrato de Karina com o poder público: R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para fornecer o serviço de Wi-Fi na cidade.

Dona de produtora de filme de Bolsonaro recebeu mais de R$ 100 milhões da prefeitura de São Paulo

Segundo a Intercept Brasil, do total, R$ 26 milhões foi transferido sem que o serviço fosse prestado

Foto: Divulgação

A dona da produtora responsável pelas gravações do filme "Dark Horse", sobre a vida do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), fechou um contrato de mais de R$ 100 milhões com a prefeitura de São Paulo para fornecer Wi-Fi em comunidades de baixa renda da cidade no último ano. Do total, R$ 26 milhões foi transferido sem que o serviço fosse prestado, no qual dos 5 mil pontos acordados, somente 3.200 foram instalados. As informações são do Intercept Brasil.

A produtora do filme, Karina Ferreira da Gama, não tinha experiência com Wi-Fi ou grandes produções cinematográficas. No entanto, a ONG a qual ela é presidente, Instituto Conhecer Brasil, fechou o contrato com a prefeitura liderada por Ricardo Nunes, do MDB, após ser a única a apresentar proposta para uma licitação de julho de 2024.

A empresa Go Up Entertainment, a polivalente Karina se tornou a responsável pela produção da cinebiografia de Bolsonaro, chamada “Dark Horse” (em português, “O Azarão”), uma superprodução cuja origem dos recursos não está clara.

No ano passado, a terceira pessoa jurídica de Karina Ferreira da Gama, a ONG Academia Nacional de Cultura (ANC), havia recebido R$ 2,6 milhões em emendas Pix dos deputados Alexandre Ramagem, Carla

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Zambelli, Bia Kicis e Marcos Pollon, além de mais uma de R$ 200 mil de Gil Diniz, deputado estadual pelo mesmo partido. O objetivo era produzir uma série documental "Heróis Nacionais - Filhos do Brasil que não se rende", no entanto, ainda não saiu do papel.

A cinegrafia de Bolsonaro, por outro lado, segue sendo realizada em São Paulo. Apesar de estar sendo gravado em inglês e contar com diretor e atores dos Estados Unidos, o filme é produzido Go Up Entertainment.

O roteiro ficou por conta de Mario Frias, ex-secretário de Cultura do governo Bolsonaro e atual deputado federal pelo PL paulista, que também tem várias ligações com Karina: além de destinar emendas às ONGs dela, também já contratou uma de suas empresas na campanha eleitoral de 2022. Em 'Dark Horse', Frias interpreta o médico que operou Bolsonaro depois da facada.

O filme é dirigido por Cyrus Nowrasteh, e Jair Bolsonaro é interpretado por Jim Caviezel, o ator que fez Jesus em "A Paixão de Cristo".

De acordo com a reportagem, conforme todo o material obtido, especialistas em cinema consultados estimam que a produção deva custar entre R$ 8 milhões e R$ 20 milhões.

O Intercept também apurou que Mários Frias e Karina costumam ir ao set de filmagem, que ocupou nesta semana ruas do centro de São Paulo. A Go Up Entertainment é a empresa responsável pela produção e contratação dos profissionais.

Procurada, a prefeitura de São Paulo disse que "considera irresponsável qualquer associação entre as autorizações mencionadas para filmagens" e o programa WiFi Livre SP, "tão fundamental que dá acesso à internet a milhares de famílias vulneráveis na cidade". Também afirmou que a produção do filme não recebeu recursos da cidade nem tem parceria com a SPCine, a empresa municipal de cinema. Segundo a prefeitura, "nunca houve impedimento para a contratação" do Instituto Conhecer Brasil para instalação dos pontos de Wi-Fi.

Wi-Fi sem experiência e muito mais caro: os negócios da produtora com Ricardo Nunes

A Go Up, que tem Karina Ferreira da Gama como única sócia, foi aberta em 2021 e tem sede em um coworking na Avenida Paulista. O endereço informado é o mesmo em que estão registradas a outra empresa e duas ONGs nas quais Karina aparece como única sócia e presidente.

Uma destas organizações é o Instituto Conhecer Brasil, o ICB, que assinou em 2024 o maior contrato de Karina com o poder público: R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo para fornecer o serviço de Wi-Fi na cidade.

O ICB, como é conhecido, não tinha nenhuma experiência prévia no fornecimento desse tipo de tecnologia nem em telecomunicações, e foi o único concorrente em um edital que tinha ao menos 20 irregularidades, segundo o Tribunal de Contas do Município. O órgão questionou, por exemplo, a escolha de uma ONG para prestação do serviço com critérios genéricos e recomendou pelo não prosseguimento do edital.

Mesmo assim, a gestão Ricardo Nunes decidiu pela contratação do instituto. A prefeitura diz que "foi realizado chamamento público transparente e sem contestações", e que "a organização cumpriu todas as exigências previstas no edital".

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Karina Ferreira da Gama assinou em junho de 2024 um Termo de Colaboração com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, a SMIT, para instalar 5 mil pontos de Wi-Fi e manter o fornecimento de internet em cada um deles por 12 meses.

A implantação do ICB custava R$ 1.800 por ponto de internet. Antes, a prefeitura pagava R$ 230.

O valor total, R$ 108 milhões, foi calculado pela multiplicação do número de pontos pelo custo mensal de manutenção, R$ 1.800. Além da falta de experiência e problemas no edital, também chama a atenção o alto preço: pelo serviço, a gestão Ricardo Nunes pagou pelo menos o dobro do praticado pelo próprio município.

No fim de 2023, por exemplo, a Secretaria de Educação contratou a Prodam, uma empresa municipal, para executar o mesmo serviço: instalar Wi-Fi em unidades educacionais. A cotação para 10.910 pontos, mais que o dobro do contrato do ICB, com 36 meses de manutenção, custou R$125 milhões.

A implantação do ICB custava R$ 1.800 por ponto, enquanto da Prodam era R$ 230. A manutenção/disponibilização de ponto de acesso custava 1.800 por ponto no caso do ICB. No da Prodam, R$ 306. Segundo a prefeitura, a contratação da ONG foi feita porque a "Prodam não pode atuar em ambientes privados", e "organizações sociais têm maior expertise em atuação direta às comunidades".

Pelo plano de trabalho celebrado pelo ICB com a prefeitura, o segundo semestre de 2024 seria destinado à "fase de estruturação", e a efetiva instalação dos roteadores começaria em janeiro de 2025. O cronograma, porém, foi logo alterado. Segundo o ICB, a pedido da gestão Ricardo Nunes.

A prefeitura pediu para antecipar a instalação desses pontos, o que permitiu que mais de mil localidades recebessem Wi-Fi gratuito durante o período eleitoral do ano passado, no qual Nunes concorria (e acabou reeleito). A prefeitura afirmou que a antecipação foi feita com "o objetivo de acelerar o atendimento em regiões que apresentavam demanda social urgente por conectividade".

No segundo turno das eleições, no fim de outubro, 1.605 pontos já estavam ativos. Com Nunes reeleito, o ritmo de instalações desacelerou, atingindo 3,2 mil pontos em junho de 2025.

Em troca da antecipação durante a campanha eleitoral, a gestão Nunes acertou antecipar também o pagamento do fornecimento de internet para antes do efetivo serviço e considerar o total de 3,2 mil pontos, estabelecendo junho de 2024 como data-base.

Só em julho e agosto de 2024, o ICB recebeu mais de R$ 11 milhões pelo fornecimento de internet a 3,2 mil pontos de Wi-Fi, ainda que só seis deles estivessem funcionando. Nos mesmos meses, o ICB também emitiu duas notas fiscais, totalizando R$ 1,271 milhão, em que aparece ao mesmo tempo como tomador do serviço e como pagador.

Considerando o balanço apresentado pelo ICB, que ainda não prestou contas do serviço realizado este ano, a prefeitura deveria ter pagado R$ 43 milhões pelos meses em que houve fornecimento de internet. Pagou R$ 69 milhões – uma diferença de R$ 26 milhões.

O ICB disse ao Intercept que não recebeu qualquer valor "a mais" por serviços não prestados, que a redução do número de pontos de 5.000 para 3.200 ocorreu por "decisão exclusiva do ente público", e que cumpriu "rigorosamente o escopo revisado e determinado".

O ICB confirmou que os 1.800 pontos restantes não foram implementados e o plano de trabalho foi "direcionado para a manutenção, otimização e garantia da qualidade e funcionalidade" dos pontos que já haviam sido instalados.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Em junho de 2025, o ICB pediu mais repasses para garantir a manutenção dos 3.200 pontos. O contrato foi prorrogado por mais seis meses, até o fim do ano, e a SMIT acabou aceitando pagar mais R$ 24 milhões à vista, em julho, para que o serviço fosse prestado até dezembro – a Junta Orçamentário-Financeira da prefeitura fez ressalvas e tem liberado o dinheiro a cada dois meses.

Em troca, ficou combinado que novos pontos serão instalados em 2026 e, para esses, a "manutenção" só vai começar a contar depois da ativação.

Para a prestação do serviço, o ICB subcontratou uma série de empresas. Os maiores contratos, com sete empresas diferentes, somam R$ 98 milhões. O mais caro, de R$ 36 milhões, foi assinado com uma empresa chamada Make One e é relacionado à locação de equipamentos – na prestação de contas, consta que R$ 18 milhões foram efetivamente pagos só em 2024.

O segundo maior contrato, de R$ 30 milhões, foi assinado pela UltraIP, um pequeno provedor de internet sediado em Guaianazes, bairro da Zona Leste de São Paulo, para a instalação dos 5 mil pontos de internet em toda a cidade.

Segundo a prestação, pelo menos metade do valor já foi repassada a William Silva Ferreira, dono da empresa, para "implantação e manutenção da infraestrutura, bem como manutenção do link de internet ativo".

Karina Ferreira da Gama também assinou outro contrato, de R$ 12 milhões, com uma empresa chamada Favela Conectada, sediada em uma casa residencial, para instalar pontos de Wi-Fi na zona oeste e sul de São Paulo. Segundo um relatório da Favela Conectada, o serviço consistiu em "instalações complementares e expansão de rede", "monitoramento" e "manutenção".

O Instituto Conhecer Brasil ainda subcontratou mais duas empresas de tecnologia chamadas Complexys e Fast Future. O primeiro contrato, de R$ 8,6 milhões, foi assinado pelo diretor da Complexys, André Feldman. O segundo, de pouco mais de R$ 3 milhões, foi assinado Débora Feldman, que é companheira de André, e assinou como diretora da Fast Future, embora nas redes sociais se apresente como terapeuta holística.

No total, os contratos assinados pelo casal e Karina somaram quase R$ 12 milhões. Segundo uma nota fiscal de R$ 940 mil da Fast Future, os serviços prestados são "gestão técnica da operação", que inclui "verificação" e "análise" dos equipamentos.

Em um relatório, o ICB anexou fotos dos roteadores, instalados em áreas periféricas da cidade, para mostrar o cumprimento do projeto. No Reclame Aqui, no entanto, um morador afirma que cedeu a sua casa para a instalação de um ponto, mas a internet não funciona. "Realizaram a instalação do aparelho (para a comunidade) em minha residência, e simplesmente sumiram. Já tentei contato através do Whatsapp e telefone e não tenho nenhum retorno da empresa", afirmou. Segundo o ICB, "apenas 10 pontos encontram-se em processo de reparo".

Antes do megaprojeto com a prefeitura de São Paulo, o Instituto Conhecer Brasil nunca tinha atuado no setor de telecomunicações. A ONG, fundada em 1990, atuava realizando feiras e eventos educacionais e religiosos financiados por meio de emendas parlamentares.

Em 2018, por exemplo, o instituto – na época, sediado na Vila Brasilândia, zona norte de São Paulo – realizou o encontro literário IDE, um evento milionário com autores gospel financiado com emendas de ex-vereadores como Milton Leite, do União Brasil, a cantora gospel Noemi Nonato e o bispo da Universal

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Atílio Francisco, do Republicanos. Quem assinou o contrato foi Karina Ferreira da Gama, já dirigente da entidade.

Em 2025, o ICB recebeu mais duas emendas gordas, de R$ 1 milhão cada, de um mesmo autor: Mário Frias. O deputado, aliado de primeira hora e ex-ministro de Bolsonaro, destinou verbas para que o ICB realizasse dois projetos completamente diferentes, um de incentivo ao esporte e outro de letramento digital. Não há informações sobre os projetos no site do ICB.

O Instituto Conhecer Brasil diz que os projetos financiados pelas emendas de Frias "não têm relação" com o projeto Wi-Fi Livre SP e "são executados de forma independente". A ONG diz que ambos estão em "plena execução" e a divulgação pública "será feita no momento previsto em seus cronogramas oficiais".

O ICB também garante que "não financia projetos ou atividades de outras organizações". "Cada recurso recebido possui destinação específica, com aplicação vinculada exclusivamente ao objeto aprovado", disse o instituto, por meio de nota. "Todas as nossas ações seguem rigorosamente os termos contratuais, a legislação vigente e as diretrizes dos órgãos de controle".

Longa trajetória com dinheiro público: as conexões com o mundo evangélico e políticos conservadores

No início de 2020, Karina Ferreira da Gama, então dirigente do ICB, iniciou uma nova empreitada: outra ONG, chamada Academia Nacional de Cultura, a ANC, que também recebeu emendas parlamentares para fazer eventos religiosos.

Em fevereiro de 2023, Karina, no cargo de presidente da ANC, foi recebida no gabinete de Ricardo Nunes em um encontro que contou com a presença da então secretária de Cultura, Aline Torres.

O encontro rendeu frutos: no mês seguinte, ela assinou um documento pedindo uma "parceria" com a secretaria de Cultura e um aporte de R$1,084 milhão para realizar um evento de dança no Ibirapuera a partir de emendas dos então vereadores Atílio Francisco, do Republicanos, e Rinaldi Digilio, do União Brasil. Em maio, menos de um mês depois do pedido, ela recebeu o dinheiro. O evento Mega Dance Musical é promovido pela Força Jovem Universal, o braço jovem da Igreja Universal.

Em outubro de 2025, Karina foi recebida na Casa Civil da prefeitura para uma reunião com chefes de pasta na qualidade de presidente e CEO da Connect Faith, uma feira cristã que envolve tecnologia, inovação e criatividade e reúne palestrantes como o deputado federal Marco Feliciano, do PL paulista.

Outro CNPJ de Karina Ferreira da Gama é a Conhecer Brasil Assessoria Produção e Mkt Cultural, fundada em 2005. Foi com essa empresa que, em 2021 – quando Mário Frias era secretário nacional da Cultura – Karina tentou abrir mais uma fonte para receber dinheiro público: obteve autorização para captar R$ 4,9 milhões para produzir uma série sobre atletas cristãos. O projeto acabou cancelado e não captou nada.

Essa mesma empresa também prestou serviços para a campanha de Mário Frias a deputado federal em 2022 no valor de R$ 54 mil, e para a campanha de Felipe Carmona, o então número 2 da Secretaria de Cultura, no valor de R$ 13 mil.

Outra empresa de Karina é a GoUp brasileira, que está produzindo o filme de Bolsonaro. Há ainda uma empresa registrada no exterior com esse mesmo nome também ligada a Karina, segundo dados da Receita Federal. O endereço informado no cadastro é o de um centro comercial de Miami, na Flórida, e o e-mail cadastrado está em nome de Karina Gama.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Dados do registro de empresas da Flórida mostram que a empresa tem dois sócios: Karina Ferreira da Gama e um homem chamado Michael Davis, que também é um dos produtores executivos de “Black Horse”.

No site da GoUp, cujo logo é o mesmo que aparece na callsheet, um documento que reúne todas as informações relevantes para um dia de gravação de “Dark Horse”, a produtora informa um endereço em Los Angeles, na Califórnia. No local funciona outra produtora, a Damascus Road, que tem no histórico filmes B e já produziu outro título de Cyrus Nowrasteh.

Nos últimos dias, Karina Ferreira da Gama pôde ser vista trabalhando diretamente no set de filmagem de “Dark Horse”. As gravações do filme têm sido marcadas pelo sigilo e por acusações de violação de regras do audiovisual.

Na quinta-feira, 4 de dezembro, foi gravada no centro de São Paulo uma de suas principais cenas: a fatídica facada que o então candidato levou durante um comício em Juiz de Fora. A gravação envolveu centenas de pessoas e equipamentos cuja locação chega a milhares de reais por dia.

O Intercept apurou que a produção pediu autorização em uma série de equipamentos públicos para gravar, e em pelo menos um deles não deixou claro do que se tratava o longa – a sinopse divulgada dizia apenas se tratar de um filme sobre um “soldado”. Os responsáveis pela locação foram surpreendidos, no dia da gravação, ao descobrirem que se tratava de um filme sobre Bolsonaro.

Uma reportagem da revista Fórum relatou abusos e agressões no set de filmagem, e indicou que o filme não cumpriu protocolos comuns na contratação de atores no caso de produções estrangeiras, como atender as convenções coletivas de trabalho.

“É inadmissível a gente lidar com esse volume de denúncias de uma produção que vem de fora do país, não cumpre a legislação local, não apresenta os contratos de trabalho para o sindicato de artistas e de técnicos”, disse à revista Fórum Rita Teles, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de São Paulo, o Sated.

Representantes dos trabalhadores de cinema relataram dificuldades em conseguir fazer com que a produtora – que se apresenta como estrangeira –, cumprisse as regras brasileiras.

Procuradas, a GoUP e as outras empresas e ONGs ligadas à Karina não responderam aos questionamentos do Intercept. A produtora se limitou a enviar as respostas pelo ICB. O espaço segue aberto.

Dark Horse | Karina Ferreira da Gama | Prefeitura de São Paulo | contrato milionario | dona de produtora | farol da bahia | filme de bolsonaro | mário frias | prefeitura de salvador | ricardo nunes

Fonte original: https://www.faroldabahia.com.br/noticia/dona-de-produtora-de-filme-de-bolsonaro-recebeu-mais-de-rusd-100-milhoes-da-prefeitura-de-sao-paulo · Coletado em 29/09/2026 13:12 · Gerado em 29/11/2026 01:12

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.